

## o genocídio lento e angustiante de um povo indígena nas lentes de Vincent Carelli

Ruben Caixeta de Queiroz

1. *Martírio* é um título de filme que, já de entrada, adverte o espectador para o desconforto: do começo ao fim. Não dá pra se alegrar, apenas se indignar. Não dá para não ter lado, ou fingir que “apesar de tudo” somos todos humanos e iguais, nós, os brancos e eles, os índios. Não, os índios, situados no país chamado Brasil, mais particularmente no Mato Grosso do Sul, sofrem todo tipo de preconceito, violência física e perseguição implacável pelos donos do poder e da terra. Não, os índios não estão situados num tempo passado e num espaço longínquo, por exemplo, naquele da chegada dos europeus no continente americano ou da Palestina, eles resistem e lutam para sobreviver hoje e na nossa “faixa de Gaza”. O povo Guarani Kaiowá é a prova de que o Brasil não é um país pacífico e que não respeita as diferenças e os direitos dos índios a ocuparem sua terra, para sobreviver física e culturalmente, como, aliás, diz a própria Lei maior do país. Ao contrário, sempre houve uma estratégia deliberada pelo Estado, desde o tempo do império, passando pela nova república e pela ditadura militar pós-64, até os governos mais recentes, para “civilizar” o índio e transformá-lo num cidadão brasileiro pobre, trabalhador nas fazendas ou no meio urbano, sem terra, ou, no melhor dos mundos, portador de uma carteira de identidade, de um título de eleitor, de um subemprego ou, quiçá, de uma bolsa família e de uma cesta básica.<sup>1</sup> Ver *Martírio*, para mim, confirma que é impossível

<sup>1</sup> Como disse Viveiros de Castro, em sua aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016: “Forçados a se descobrirem ‘índios’, os índios brasileiros descobriram que haviam sido unificados na generalidade por um poder transcendente, unificados para melhor serem des-multiplicados, homogeneizados,

manter-se ambíguo em relação à luta dos índios: o Estado é contra e inimigo desta sociedade contra o Estado; o Estado foi apropriado por todos os governos (colonialistas, ditatoriais ou democráticos) e seus representantes poderosos (em geral, ruralistas e latifundiários) contra os índios. Mesmo assim, não é suficiente ouvir/ver apenas as palavras dos índios ou a luta desproporcional entre eles e os donos do Estado. É preciso ouvir e dar voz aos representantes deste Estado para ver o quanto seus corpos e palavras são cheios de ódio e dispostos a defender aquilo que acham estar acima da própria vida, isto é, a propriedade, que, na verdade, foi na maior parte das vezes “adquirida” por meio da força e da violência e/ou por meio do esbulho patrocinado pelo Estado e ratificado pela Justiça.

2. Não dá pra não ter lado. Ainda assim, *Martírio* não é um filme panfletário ou só militante. É um filme de investigação, que procura se indagar sobre as origens da violência contra os Guarani Kaiowá – e sua resistência pacífica por saberem que ocupam o lado frágil e minoritário no embate contra um sistema dominado pelas forças militares, pela mídia hegemônica, pelos juízes, pelos políticos locais e nacionais, pelos latifundiários e ruralistas. *Martírio* dá tempo ao espectador de criar uma consciência crítica, se posicionar sem aderir incondicionalmente. Pode ser que ele pense que o passado tenha sido pior para os índios do que o presente, ou o contrário! Pode ser que ele tente achar um governo local ou nacional “menos pior” para os índios. Que Rondon, fundador do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, como positivista, tenha tentado retirar das missões religiosas a missão de catequizar e “civilizar” os índios, transferindo-a para as mãos do Estado. Que hoje há uma educação “diferenciada” para os índios garantida pela Constituição de 1988. Que, exatamente, depois de 1988, o Estado estaria obrigado a respeitar e proteger as terras e as culturas indígenas. Que, no governo anterior, tentou-se “evitar o conflito” dos índios contra os fazendeiros e, por isso, teria sido suspensa a demarcação das terras indígenas, em favor da concertação e de um diálogo entre as partes, ou, ainda, que o governo estaria sendo “realista” ao retomar o projeto militar de construção da hidrelétrica de Belo Monte, já que o país não podia prescindir do “desenvolvimento” em favor de alguns grupos minoritários. Ou seja, *Martírio* não quer ser um filme sem partido, mas sabe que a realidade é muito mais confusa do que se possa imaginar. Que

---

abrasileirados. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa. Para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem terra”.

é preciso agir logo, filmar antes que a bala seja disparada na cabeça de uma liderança indígena e que o corpo dela desapareça! Ainda assim, é apenas um filme! Urgente, imprescindível, mas um filme! Enquanto ele estava sendo filmado e montado (anos a fio), agora visto, a realidade dos Guarani Kaiowá não mudou muito – ainda que possamos nos indignar e apupar a dama da motoserra (Kátia Abreu) na sala de exibição. Precisamos fazer mais, mas *Martírio* é apenas um filme (um grande filme)!

**3.** Como disse o crítico Jean-Louis Comolli (2012), no livro *Corps et cadre*, “feita ou ainda a fazer, nenhuma história do cinema poderia conseguir separar a parte ficcional da parte documentária.” Por isso mesmo, Vincent Carelli (que assina a direção de *Martírio* junto a Ernesto de Carvalho e Tita, parceiros no *Vídeo nas Aldeias*) conta uma história no filme em primeira pessoa, subjetiva, narrada numa voz em *off* que acompanha a análise das imagens (fotografias, quadros de pintura, filmes de arquivo, filmes de ficção, reportagens televisivas, imagens feitas pelo próprio Vincent ou pela sua equipe ou pelos próprios índios em pequenas câmeras de vídeo) acerca das origens e do genocídio em curso contra os Guarani Kaiowá. E esse mesmo expediente já tinha sido utilizado em um outro filme muito semelhante na estrutura narrativa, dirigido por Vincent Carelli, *Corumbiara* (2009), no qual o indigenista Marcelo Santos denuncia o massacre dos índios (Akunsu, Canoê e um último sobrevivente de um povo desconhecido) perto da gleba Corumbiara, no Estado de Rondônia, um crime bárbaro fadado ao esquecimento ou tido por fantasia dos indigenistas e antropólogos envolvidos com a causa. Nessa saga, antes de tudo, é preciso encontrar os sobreviventes através de uma “busca filmada”, revelar a versão dos próprios índios, depois reconstituir as causas e os responsáveis pelo massacre, e, por fim, já que as imagens não podem ser usadas naquela situação como prova material para indiciar e condenar ou autores do genocídio, fazer um filme documentário, deixar uma versão da história. É pouco, muito pouco, num horizonte de reparação onde nós (oriundos do velho mundo) deveríamos devolver a terra invadida (não só uma imagem) ou, pelo menos, depositar fé num outro mundo (outra ontologia) tanto possível quanto de fato existiu e resiste – onde a propriedade particular não está acima da vida, onde toda diferença é bem vinda, onde, ao mesmo tempo, como disse Pierre Clastres, “toda sociedade primitiva admite a penúria para todos, mas não a acumulação para uns poucos.” Nesta trilha, acabo de descobrir, está em curso uma trilogia documentária por Vincent Carelli sobre o tempo da “conquista” e da invasão ocidental, da colisão entre dois mundo, dos massacres e genocídios aqui relatados nos

filmes *Corumbiara* e *Martírio*, bem como aqueles previstos para o terceiro episódio: “*Adeus, Capitão*”, uma história sobre o povo Gavião Parkatejê e seu líder (Kokrenun, que acaba de falecer), que foram quase extintos depois dos grandes projetos na Amazônia – hidrelétrica de Tucuruí e complexo de minério de Carajás – e, enfim, logrou recuperar a autonomia política sobre seus territórios.

4. Todas essas histórias começam mais ou menos em 1986-1988, quando o indigenista Vincent Carelli começa a fotografar e a filmar a serviço da causa política e do projeto cultural dos índios, isto é, a produzir imagens com eles e acerca deles, sobretudo, em situações de “retomadas” culturais por meio de rituais, mas também da invasão de suas terras e do movimento de “retomada” dos seus territórios tradicionais. Já no final da década de noventa, Carelli se engajou nas oficinas de formação de cineastas indígenas, isto é, no projeto de transformar seus próprios representantes em sujeitos do olhar mediado pela câmera. Boa parte deste material permaneceu (e permanece) sem ser editado e, foi a partir daí, que Carelli começou a revisitar o passado não muito distante (meados da década de oitenta), do qual fez parte ativamente enquanto indigenista, além de cineasta-fotógrafo voltando a filmar novamente nos mesmos locais e, por muitas vezes, as mesmas pessoas, por vezes sem saber, como é o caso da líder guarani kaiowá Emília Romero, no episódio *Martírio*, quando ela é mostrada em imagem de 1988 e de vinte cinco anos depois. Carelli, assim, tece e reconstitui os fios da história dos índios e da sua própria relação com eles. A voz em *off*, já mencionada, em primeira pessoa, posiciona e reposiciona o seu olhar, mediado pela sua câmera, pela câmera dos próprios índios e de seus parceiros do *Vídeo nas aldeias*. Além disso, se vale de imagens de arquivo como forma de estabelecer um contraponto à sua própria narrativa ou de resgatar uma memória. A partir de um texto, muito provavelmente pensado e escrito antes da locução para o filme, a linha do tempo tanto em *Corumbiara* (2009) quanto em *Martírio* (2016) segue um zigue-zague, sem que haja uma evolução linear, ou que tudo seja explicado de imediato. O cineasta costura os fios da narrativa, mas exige do espectador um esforço analítico e uma reinvenção da história (no cinema, a reinvenção pelo espectador é condição para que qualquer história lhe faça sentido). Portanto, *Corumbiara* e *Martírio* fazem parte daquelas histórias de vida e de cinema entrelaçadas ao longo de uma época (décadas a fio) que fazem exatamente da maturação na longa duração a condição para se constituir. Nada é de graça! A troca e a cumplicidade

entre quem filma e quem é filmado, quem narra e é narrado, isso é a própria trama do filme, tais como são as séries de filmes realizados por John Marshall sobre o povo Ju/'Hoansi (também chamado de !Kung) do deserto de Kalahari.<sup>2</sup>

5. Ainda que tome partido, *Martírio* não é um filme que narra apenas a perspectiva do cineasta, do seu lugar e da sua visão na história. Não é, ainda, apenas a história de um personagem, ou de um povo. Por contornos e procedimentos muito diferentes, *Corumbiara* e *Martírio* contam a mesma história de massacres dos índios no Brasil tal como se passam num outro filme extraordinário, imprescindível para qualquer um que deseja entender o país e sua bruta realidade: *Serras da Desordem* (2006), de Andrea Tonacci. Neste filme de ficção (mas baseado em uma história real), o personagem Carapiru, índio Awa-Guajá do Maranhão, escapa de um massacre contra o seu povo cometido por fazendeiros e, durante dez anos, anda sozinho por mais de dois mil quilômetros, até ser capturado em novembro de 1988. Iniciado no mesmo ano de 1988, *Martírio* conecta os massacres dos índios Guarani-Kaiowá daquele ano e de hoje com os acontecimentos do século XVIII, quando do confronto traumático com jesuítas e bandeirantes, da perseguição sofrida por eles na guerra do Paraguai no século XIX, pela expropriação de suas terras e da sua força de trabalho a partir do final do século XIX pela Companhia Matte Larangeira, pela continuação do esbulho de suas terras pelo governo de Getúlio Vargas, pelo projeto de “emancipação” dos índios pela ditadura de 1964... até chegar e voltar aos dias de hoje. Neste sentido, *Martírio* parece ser um filme totalizante, isto é, que não quer deixar “nada de fora” e situar os acontecimentos atuais nesta longa história de violência e resistência.

6. Porém, essa longa história foi certamente torcida, encolhida ou cortada. Haveria outro jeito de falar ou proceder? Não. Torcida e re-enquadrada pelas lentes de Carelli, pela sua voz pausada, e, mais ainda, interrompida por muitas e potentes vozes indígenas, os planos se constituem como espaços de resistência: “podem nos matar e nos enterrar todos aqui na nossa terra, não vamos abandoná-la”; “nós pertencemos a essa terra, choramos e rezamos por ela”; “aqui estão enterrados nossos antepassados,

---

2 Lembremos também de outros documentários de longa duração realizados para a televisão, por exemplo, aquele, narrado em primeira pessoa, sobre a ameaça à sobrevivência física dos povos indígenas na Amazônia, *Amazon Journal* (1996) de Geoffrey O'Connor; e a série de reportagens para a televisão sobre a década da destruição da Amazônia dirigida por Adrian Cowell (1934-2011).

muitos deles mortos pelas balas do branco-invasor”. Da mesma forma que o cineasta principal do filme (lembramos que há uma co-autoria de Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho e Tita) dá lugar e voz aos índios no momento da filmagem e da montagem, ele constrói seu olhar cinematográfico de forma amparada, carregada e mediada pelos companheiros de luta e resistência indigenista. Se em *Corumbiara* Marcelo Santos cumpriu esse papel, aqui em *Martírio* ele é desempenhado por Myriam Medina, Celso Aoki e Tonico Benites. São eles que primeiramente se aproximam dos *Tekoha* (aldeia ou terra guarani, ou “o lugar onde somos o que somos”) e das casas dos índios, falam com eles, perguntam, traduzem. Em *Martírio*, durante o dia e a noite, sempre ladeado de um dos seus mediadores, Carelli, filmando ou filmado, desloca-se entre um e outro acampamento dos indígenas, quase sempre acuados e confinados pelas rodovias e pelas cercas dos pastos de gado ou das fazendas de soja e cana de açúcar, quando não cercados ou emboscados pelos jagunços de fazendeiros. Outras vezes, o próprio cineasta dirige seu carro nas rodovias que cortam as lavouras e os monumentais silos de armazenamento do agronegócio.

7. Como já foi dito, não aparecem em *Martírio* apenas as vozes das vítimas deste terror (que produz assassinatos, suicídios e permanente pavor, não só invasão de territórios), mas também aquelas de seus algozes: deputados, políticos, policiais, servidores do sistema judiciário, jornalistas e até jagunços. Essa é a lógica e a guerrilha do filme: confrontar e revelar os dois lados e mundos em disputa (um fraco e em geral pacífico; outro poderoso e fortemente armado). Claro, mesmo quando armados de quase que simbólicos arcos e flechas, quando não de maracás, aparentemente sem qualquer eficácia para machucar ou matar pessoas, os índios são retratados - pelo lado de quem de fato detém a força e o poder - como agentes perigosos e influentes ou influenciados por mentes diabólicas ou alteradas pelo consumo de bebidas do tipo santo-daime, como funcionários da Funai e antropólogos. É verdade que a reza é uma grande força do povo guarani, capaz, sim, de uma potência nunca imaginada pela medicina de ruralistas como Ronaldo Caiado. Mas ela é pacífica, não é violenta e letal como a bala da milícia armada pelo agronegócio ou de suas vozes no Congresso Nacional. Por exemplo, desta forma cantam e rezam os Guarani Kaiowá numa das cenas do filme:

Que o poder invisível enfraqueça o corpo do inimigo, impedindo o seu espírito de agir contra mim. Vou esfriar o seu coração em chamas, apaziguar sua raiva com o poder do meu espírito, com a força da

minha alma, com a energia dos espíritos da vida. Vou amolecer o seu coração e o seu corpo. Minha reza vai espantar o mal que está lhe dominando.

**8.** A sabedoria dos Guarani Kaiowá acerca do enfrentamento de já vários séculos contra os colonizadores, encontra ressonância no seu próprio modo de pessoas pacifistas, quase budistas, na luta para ocupar e manter ocupados os *Tekohá*. Numa entrevista,<sup>3</sup> Vincent Carelli narra um evento no qual os índios decidiram fazer prisioneiro um funcionário de uma usina, não antes sem considerar: “Não vamos matar ele. Primeiro, vamos deixar ele passar fome, pra ele saber como é que a gente passa fome e segundo vamos dar o cauim [a bebida sagrada dos tupi, desde os tupinambás, comenta Carelli], e esse cauim de milho vai transformar o corpo dele”. Como conclui o cineasta, amolecer o coração do inimigo, parece ser a estratégia possível. Tal estratégia talvez tenha confundido o colonizador de meados do século XIX, quando, depois de invadir suas terras, caracterizou o jeito de ser dos índios: “índole benigna e costumes pacíficos e tendências bem pronunciadas para a civilização.” Alguns séculos após a colonização, talvez os Guarani Kaiowá tivessem compreendido por antecipação uma das teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin, no início de 1940, quando ele diz que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.” *Martírio*, sem dúvida, nos demonstra que os Guarani Kaiowá viveram e vivem em estado de exceção ao longo e ao largo da história da colonização europeia de seu território. Porém, se seu território foi ocupado, não o foram sua mente e seu pensamento. Eles resistem a todo tipo de dominação, na resistência revelam sua força e sua disposição em manter controle sobre seus mundos e, inclusive, contra o Estado. Há uma cena em *Martírio* na qual se revela cabalmente a disputa ontológica entre dois mundos: um funcionário da justiça ou da polícia federal tenta intimidar os índios de uma ocupação para aplicar uma ordem de despejo e responsabilidade, ao que se segue um diálogo entre ele, os homens e as mulheres indígenas:

O representante do Estado: - A ordem tem que ser cumprida, se vocês disserem que não, tranquilo. Mas o Oficial de Justiça vai dizer: “Olha senhor Juiz - em outras palavras, mas ele vai dizer – olha Senhor Juiz, a

<sup>3</sup> <http://www.revistacardamomo.com/vincent-carelli-o-publico-revela-a-dimensao-do-que-voce-fez/> (acessado em 29 de outubro de 2016)

comunidade disse que não ia se retirar, representada pelo líder tal, tal, tal”. Esse líder responde criminalmente. Por que? Porque ele disse “eu não vou cumprir uma ordem judicial”. E eu cumpro, a senhora cumpre, qualquer um aqui é obrigado a cumprir uma ordem judicial.

– A mulher indígena: - É, mas aqui ninguém é líder. Aqui não existe líder. Aqui todo mundo é líder, as crianças... até o cachorrinho é líder. Não tem líder aqui. E se caso venha a assumir a ordem da justiça, tem que ser todo mundo, não é um só.

– Na visão da senhora, a senhora não tem a visão de que isso aqui é tudo...

– É tudo líder...

– Não é! Tem que unificar tudo?

– Claro que sim.

– Mas na visão do branco aqui tem divisões. Eu digo para a senhora, dentro da Lei, existem responsabilidades. O que eu vou dizer: “Olha seu Juiz, eu preciso de tantos policiais etc., etc., etc. para ser cumprida a ordem”. E eu pergunto: ela vai ser cumprida? A senhora me entende? Ela vai ser cumprida. A senhora não vai morrer, ninguém vai morrer porque a senhora é uma pessoa que é sábia. A senhora lidera outras pessoas, e a senhora é sábia e vai dizer: “olha, pessoal, sejamos sábios, em sairmos e utilizarmos outras ferramentas, outras estratégias. Por que temos de morrer? Não gosto de falar desta palavra, sou sincero, não gosto mesmo, mas por que que a gente tem num embate, porque uma coisa é certa, por mais que a senhora diga que não, há a ordem judicial, a não ser que ela seja suspensa por outro escalão superior, em obediência ao nosso regime democrático, os senhores terão que sair. O senhor me entende? Quantos são necessários? Eu não sei. São cinco mil? Eu não sei, eu vou dizer: “olha, eu preciso de 10 mil. O Estado democrático de direito, o governo brasileiro é que vai arranjar esses 10 mil. Como é região de fronteira, há necessidade das forças armadas? Não sei. Eu vou levar essa cogitação ao meu superior. Por que a ordem vai ser cumprida. É isso que eu queria que vocês colocassem, que os senhores colocassem na cabeça. Ela vai ser cumprida.

– [Um homem kaiowá fala na língua, traduzida no filme]: Ele tá colocando pressão na gente.

– [Outro homem kaiowá diz]: Enquanto a gente luta pela terra, eles lutam para nos matar. Perguntam pelo líder, e é esse líder que eles matam. Pra eles não custa nada vir até aqui, atirar na cabeça dos nossos



parentes com calibre 12, e jogar na beira da estrada. E depois, nós ainda saímos como os violentos.<sup>4</sup>

**9.** Como contar essa história da resistência sem ser panfletário? *Martírio* toma partido do começo ao fim, para concluir com uma citação de um cineasta que investigou e filmou o conhecido sistema de violência e tortura em Camboja, Rithy Panh: “Mais que criar, filmar é ‘estar com’, de corpo e alma... Tomar deliberadamente partido por acreditar que nada é imutável”. *Martírio* é um filme sem concessão aos que perseguiram e ainda perseguem os índios com a desculpa de civilizá-los para domar e tomar seus corpos e territórios. Por isso mesmo, creio, a estratégia de Vincent Carelli envolve uma visita e revisita aos acampamentos dos Guarani Kaiowá, num tipo de deslocamento, investigação e olhar que nos lembra aquele que guiou o trabalho de Claude Lanzmann na sua visita aos locais dos campos de concentração de judeus na segunda guerra mundial. Na verdade, os procedimentos de Carelli para acessar a memória dos sujeitos abordados diferem muito daqueles empregados no cinema de Lanzmann, já que, ao contrário do último, ele usa de forma recorrente arquivos de imagens, num mergulho no passado para desvelar as origens e a resiliência da violência contra o povo indígena, ao mesmo tempo, para desnudar a sua invisibilidade perante a sociedade nacional. Já que o espectador muito provavelmente não conhece ou sabe, é preciso recorrer ao comentário para apontar qual acontecimento (sempre ocultado na história oficial) de fato está sendo indiciado na imagem. Por exemplo, durante a apresentação de cenas cinematográficas feitas pela equipe da Comissão Rondon, Vincent Carelli faz um longo comentário:

A figura do índio só vem a aparecer com a criação do SPI, o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910. Militar positivista, Rondon, o moderno desbravador de sertões, é o seu mentor e primeiro diretor. Com o prestígio de quem liderava projetos estratégicos do país, como a Comissão de Limites e a construção da Linha Telegráfica, ele vem

---

<sup>4</sup> Mais uma vez, a aula de Viveiros de Castro, aqui já citada, esclarece o ponto: “Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um povo. Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma população controlada (ao mesmo tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto”.

pacificar as relações com as populações indígenas para permitir a colonização da fronteira oeste do país. Rondon admirava o trabalho civilizatório realizado pelas missões salesianas no Rio Negro, mas como positivista, ele considerava que esta tarefa cabia ao Estado. O ordenamento militar dos postos indígenas visava afastar progressivamente os índios de seus costumes. Desprestigiando os líderes tradicionais, o SPI nomeava capitães afinados com o seu projeto de assimilação cultural, que organizava suas milícias para impor a nova ordem. A escola do Posto [Indígena], assim como nas missões, teria o papel de apagar as línguas nativas e ensinar os índios a trabalhar. O SPI se torna o agenciador da mão de obra indígena, o pai-patrão dos índios. Embora de caráter humanitário, esse projeto ainda traz consigo a soberba de uma cultura etnocêntrica: nós, os civilizados, e eles, os primitivos.

Segue a apresentação de um jornal cinematográfico produzido na época: “O SPI sob o pátio do pavilhão nacional, espera cumprir o seu sagrado dever de proteger e civilizar os índios brasileiros [...]”. E volta ao comentário de Carelli sobre outras cenas de arquivo:

Numa classificação que ia dos índios selvagens aos que viviam em pacífica promiscuidade com os civilizados, os Guarani Kaiowá foram enquadrados nesta última. Com o intuito de inseri-los na incontornável marcha da humanidade para o progresso, a missão do SPI era libertá-los do domínio dos ervateiros, fazendo cessar o regime de escravidão em que viviam. 75% da mão de obra nos ervais era indígena na região do rio Iguatemi. O Império e a República até o momento haviam ignorado a questão territorial guarani kaiowá. O SPI delimita para eles, até 1928, oito pequenas reservas de 3.600 hectares. Naquela época, cada cidadão brasileiro podia requerer a titulação de dois lotes [de 3.660 hectares cada], mas para os 40 mil índios da região foram reservados apenas oito lotes.

Dos três milhões e meio de hectares que os Guarani ocupavam, o Estado só lhes concedia meio por cento, oficializando, assim, a expropriação da quase totalidade de seu território, concentrando os índios em pequenas espaços para que fossem assimilados como trabalhadores rurais e disponibilizando suas terras para a colonização. A demarcação do SPI deu como fato que as únicas terras indígenas eram aquelas para onde os milhares de índios deveriam se dirigir

ou serem levados compulsoriamente. E assim, as reservas do SPI vão se tornando áreas de exílio e confinamento para milhares de Guarani Kaiowá.

**10.** Martírio ergue-se a partir da necessidade de produzir uma outra versão da história, montá-la a partir do que sobrou dos arquivos feitos com a própria câmera do cineasta e daqueles que estavam escondidos nos Museus (pedaços significativos da história dos índios do Brasil - não só dos Guarani Kaiowá - na sua relação com o Estado são mostrados em *Martírio*), pois, como sugere Bruce Albert no seu livro em co-autoria com David Kopenawa (2015: 29), toda obra (inclusive a cinematográfica), “toda escritura etnográfica, biográfica, ficcional ou qualquer outra” é resultado de um cuidadoso trabalho de composição. David Kopenawa, aliás, nos dirige assim suas palavras na *Queda do Céu* (2015: 65):

Gostaria que os brancos parassem de pensar que nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa. Quero fazê-los escutar a voz dos *xapiri* [espíritos], que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes. Quem sabe assim eles queiram defendê-la conosco? Quero também que os filhos e filhas deles entendam nossas palavras e fiquem amigos dos nossos, para que não cresçam na ignorância. Porque se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra.

Todos nós, juntos de Kopenawa, esperamos também que as imagens e as palavras de *Martírio* sobre o sofrimento e a resistência do povo guarani kaiowá possam se espalhar, serem vistas e ouvidas bem longe - desvelando seu silêncio e invisibilidade.

**11.** Não dá para não tomar partido nesta guerra totalmente desigual. O quadro não pode vacilar. Não há campo e contra-campo nesta composição. Ou melhor, ao longo da história, os índios sempre ficaram invisíveis e fora de campo. Cabe agora inverter esta lógica cinematograficamente, reposicionar o olhar para trazê-los de volta para o campo, ou seja, fazer do cinema uma arma para lhes devolver a terra e quiçá a vida. Reposicionar o microfone da câmera para ouvir uma voz (uma língua, o guarani) nunca ouvida na sociedade nacional - ao contrário, sempre abafada e calada. Passar literalmente a câmera (ainda que pequena e pouco potente) para as mãos dos índios, para que ela possa estar ligada, no lugar e na hora certa do ataque do inimigo e, quem sabe, assim, evitar mais um massacre. Luta

desigual. Não há como escolher o menos pior. Todos os que estão no jogo do Estado são contra a lógica da sociedade contra o Estado dos Guarani Kaiowá. Os últimos querem se reconectar à terra à qual pertencem. Os inimigos querem lhes tomar a terra (pela força ou pelo “papel” expedido por alguma jurisdição do governo, tanto faz). Trata-se de recusar a voz daqueles (inúmeros governantes e ruralistas) que insistem em pronunciar as palavras “progresso”, “civilização”, “desenvolvimento”, “crescimento” e, por fim, não menos importante, “propriedade”. *Martírio* é um objetor de “progresso” e “crescimento”<sup>5</sup> por achar que é preciso ficar do lado do povo de Gaia e dos terranos (dos Guarani Kaiowá) na luta contra o povo mercadoria (comedores de gente, floresta, água, espíritos). *Martírio* é uma potente “caixa de ressonância” contra o genocídio em curso contra os Guarani, ou uma máquina (cinematográfica) que faz com que a experiência do cineasta no mundo indígena nos leve a pensar, sentir, imaginar, agir para que um “outro mundo seja possível”. Ou melhor, que outro mundo possível (aquele dos Guarani Kaiowá) possa ser deixado a existir e perdurar. Ainda nas palavras de Viveiros de Castro, em sua aula já citada:

Os índios são os primeiros indígenas do Brasil. As terras que ocupam não são sua propriedade - não só porque os territórios indígenas são “terras da União”, mas porque são eles que pertencem à terra e não o contrário. Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena. E nesse sentido, muitos povos e comunidades no Brasil, além dos índios, podem se dizer, porque se sentem, indígenas muito mais que cidadãos. Não se reconhecem no Estado, não se sentem representados por um Estado dominado por uma casta de poderosos e de seus mamulengos e jagunços aboletados no Congresso Nacional e demais instâncias dos Três Poderes. Os índios são os primeiros indígenas a não se reconhecerem no Estado brasileiro, por quem foram perseguidos durante cinco séculos: seja diretamente, pelas “guerras justas” do tempo da colônia, pelas leis do Império, pelas administrações indigenistas republicanas que os exploraram, maltrataram, e, muito timidamente, às vezes os defenderam (quando iam longe demais, o Estado lhes cortava as asinhas); seja indiretamente, pelo apoio solícito que o Estado sempre

---

<sup>5</sup> Estou aqui me referindo à analogia que Isabelle Stengers (2015: 15) faz entre as expressões “objeto de crescimento” e “objeto de consciência”, esta última designando “aqueles que se recusam a agir ou a participar de atos que considerem ferir suas convicções religiosas, políticas ou éticas, correndo o risco de desobedecer a lei.” [Nota do editor do livro de Stengers].

deu a todas as tentativas de desindianizar o Brasil, varrer a terra de seus ocupantes originários para implantar um modelo de civilização que nunca serviu a ninguém senão aos poderosos. Um modelo que continua essencialmente o mesmo há quinhentos anos.

**12.** E, no entanto, *Martírio*, ao tomar o inevitável partido do lado dos índios, não é um convite à adesão simplista. Como disse Isabelle Stengers (2015: 101), numa caixa de ressonância, “trata-se de suscitar algo bem diferente de adesão - é preciso, antes, que haja ruído, resistência, protesto”. Seria simplista dizer que todo não-índio ou que todo representante do Estado é insensível à causa indígena (a causa está cada vez mais perdida, é verdade, mas há ainda quem se indigna com a situação dada). Neste sentido, *Martírio* não se absteve de acompanhar e mostrar o relato emocionado do Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, a partir da visita que fez às áreas retomadas pelos Guarani Kaiowá em 1994:

Eu vi aqui pessoas velhas e crianças, essas pessoas nasceram em algum lugar do território nacional. Só que no Brasil não se sabe onde colocá-los, porque deles se tomaram tudo, tudo, tudo... Em algum lugar eles nasceram, alguma terra eles tinham, mas não é em lugar nenhum. [Digo isso] porque com quem a gente conversa, se diz que nunca houve índio por aqui. Parece até que esse pasto pro nelore, pro gado nelore, já está aqui desde o princípio do século.

**13.** Isso não é tudo, foi preciso abrir espaço no filme para que o próprio corpo do inimigo pudesse esgoelar (e revelar) a “consciência” fascista a propósito da suposta manipulação de outras mentes! Diz a Senadora Kátia Abreu (quando ainda era do PSD, antes de ser Ministra), primeiramente no Congresso Nacional, depois num leilão para arrecadar fundos para a organização da luta dos fazendeiros contra os índios:

Amigos, nós levamos 10 anos para vencer o MST, nós levamos 15 anos para vencer o Código Florestal. E agora é a questão indígena. Os nossos adversários, muitos deles ocultos, não se cansam de armar e inflar armadilhas contra o setor agropecuário, que mais ajuda a economia nacional. A única palavra que eu tenho a dar para vocês, é que hoje na CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), na Frente Parlamentar da Agricultura, entre tantas ocupações que nós temos de problemas no Brasil inteiro, mas pra nós, hoje, não tem nada mais importante de solucionar que a questão indígena. Nós vamos instalar a

PEC 215, antes do final deste ano, já temos a promessa da instalação da Comissão da PEC 215, porque nós queremos puxar para o Congresso Nacional a definição das terras indígenas no país. Terra demarcada não pode ser ampliada, quem disse foram os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Esse é um movimento manipulado, organizado contra a produção brasileira. Nós já tivemos um dia o MST. Depois nós tivemos o Código Florestal. E agora a questão indígena. Nós só queremos perguntar aos brasileiros, nossos amigos brasileiros, irmãos: quando os homens e as mulheres do campo terão paz para trabalhar? É a única coisa que nós queremos, nada em troca. Não queremos medalhas pelo PIB, não queremos subir no pódio pelo PIB, nós só queremos paz.<sup>6</sup>

**14.** Diante da voz do inimigo, grossa e poderosa (estridente nas caixas de som do parlamento em Brasília ou em algum sindicato da classe ruralista), exige-se um corte para um plano negro ou um contraponto da resistência indígena. Desta forma, discursa um líder dos Guarani Kaiowá durante a ameaça de despejo de um *Tekoha*:

Não temos dinheiro. Não temos nada para oferecer ao fazendeiro. Mas temos coragem suficiente para derramar o sangue que corre em nossas veias por essas terras. Até que essa terra seja nossa. Nós estamos em pé, mas cheirando vela ao nosso redor. Qualquer momento nós podemos perder a nossa vida. E aí o fazendeiro tem dinheiro, tem recurso para ir lá falar: “o índio morreu à toa, o índio é vagabundo.” Puxa o livro, se nós índios dependíamos dos bancos, dependíamos do governo para sobreviver quando era tudo mato? Nós não dependíamos de ninguém para sobreviver. Nós não precisávamos pedir terra, nós não precisávamos pedir cesta básica, nós não precisávamos pedir proteção porque nós tínhamos tudo dentro da natureza. E o não-índio veio, tirou tudo da gente, e agora somos nós que somos vagabundos? Somos nós os invasores? Nós não somos invasores! Nós queremos o que é nosso! Quanta gente morreu?

---

<sup>6</sup> Não precisa, *Martírio* não interfere na fala da Senadora Kátia Abreu. Mas aqui cabe falar: o trabalhador do campo (muitos deles em situação análoga à da escravidão) é quem trabalha, o proprietário da terra (a classe representada pela Senadora, presidente da CNA), agricultor ou produtor rural (eufemismos para latifundiário ou oligarquia rural), na verdade, explora a força de trabalho e os recursos naturais, além de obter subsídios do Estado, para obter lucro – só isso!

Quanta gente derramou sangue? Quanta gente se esparramou por causa da violência contra os povos indígenas, e recuaram para uma área pequena? Porto Lindo, hoje, cinco mil índios ali dentro, têm 1.800 alunos estudando. Nasceram 280 crianças por ano. Mil e seiscentos hectares de terra para cinco mil índios! Isso é muita terra? A própria necessidade obrigada a gente ocupar essa terra. Se for o meu destino, se o meu destino Deus escolheu para mim morrer na mão de pistoleiro, à bala, eu vou morrer à bala lutando pela terra.

**15.** Corte para cena no Congresso Nacional, na reunião da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara. Discursa o Deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS):

Senhora Ministra [Gleisi Hoffmann, presente na reunião], se nós desta Casa e o Executivo não tomarmos uma providência, estão aqui criando nações yanomamis, nação guarani e tudo quanto é nação. Aqui chega nessa terra, o rei da Noruega, que financia ongs, que financia o próprio Cimi, o Cimi mancomunado com a Funai e mancomunado com ongs antropológicas e ongs internacionais, estão avançando encima do Brasil. Os Estados Unidos da América do Norte, a poucos meses atrás, mataram Saddam Hussein, o interesse era petróleo. Quem dirá que amanhã, estas ongs, este rei da Noruega e outros tantos mais, possam vir fazer a mesma coisa aqui no Brasil? E quem vai impedir? Quem vai impedir que se faça isso? Senhora Ministra, o poder executivo não pode se dobrar à pressão de índios que ameaçaram se suicidar...

**16.** Vários políticos e grandes donos de latifúndios (os tais produtores rurais) discursam durante um evento que acontece numa cidade do Mato Grosso do Sul, intitulado eufemisticamente de Leilão da Resistência<sup>7</sup>:

É o nosso patrimônio, é a nossa poupança, com isso eu quero dizer a vocês, vocês conseguiram hoje algo inédito no país. Quando se faz uma reação, uma mobilização, é uma fase, é um mote, e vocês construíram aqui no Mato Grosso do Sul, a palavra que encaixa corretamente, a resistência, a resistência significa o momento em que você é atingido,

---

<sup>7</sup> Este evento tinha originalmente por objetivo arrecadar dinheiro para contratar mais jagunços para os fazendeiros enfrentarem os índios, mas, depois de embargado pela Justiça por caracterizar formação de milícia, sua pretensa finalidade passou a ser arrecadar fundos para financiar ações judiciais.

você está reagindo a uma agressão. Quem vai poder dizer ao cidadão que quer continuar a sua atividade aqui, trazer os seus filhos, que nós [não] sabemos até quando chegará mais um novo antropólogo na sua propriedade rural, para dizer que ali, tomando santo daime, teve um sonho também que tinha índios naquela região. [Senador Ronaldo Caiado, DEM-GO]

Se locupletar, roubar, profanaram nossas instituições, desmoralizaram tudo aquilo que nós acreditamos. A propriedade é a coisa mais sagrada que o ser humano tem. A propriedade é aquilo que motiva o cidadão para viver. E nós temos uma missão: zelar para a nossa propriedade, porque quem não cuida do que é seu não merece tê-lo. [Proprietário-Político não identificado]

Vocês estão organizando este movimento para defender as propriedades, os oitenta processos que vocês têm aqui no Mato Grosso do Sul, os trinta processos que eu tenho no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em Roraima, em qualquer Estado, vão ser mantidos, e vocês vão ter que aguentar índios invadindo, e a Polícia Federal e a Força Nacional, não lhes dando proteção. E essa questão é ideológica, quando no governo da Presidente Dilma tem alguém que diz que é desenvolvimentista, leva o Brasil pra frente, leva a produção, tem no Palácio do Planalto um ministro da Presidente Dilma, chamado Gilberto Carvalho, que aninha no seu Gabinete índios, negros, sem-terra, gays, lésbicas [tudo que não presta]. A família não existe no Gabinete deste senhor. [Deputado Luiz Carlos Heinze, PP-RS]

**17.** Na cena anterior, depois do discurso do deputado, o público do leilão aplaude de pé. Segue-se um corte para o pátio de uma aldeia do povo Guarani Kaiowá: som de canto de galo, luz fraca da lua pouco ilumina a cena. Na madrugada e no amanhecer, um velho carrega uma porta de bambu. Em seguida, faz uma pequena reza ou benzimento. Uma menina varre o pátio da aldeia. O comentário de despedida do cineasta segue essas imagens e as de um ritual:

Em quarenta anos de indigenismo, convivi pouco com os Guarani Kaiowá, mas eles me marcaram profundamente por sua coragem e espiritualidade. Numa das últimas filmagens na década de 1990, registrei um batizado de crianças, o curumim-pepî. Antes da partida, um grupo sai da casa de reza, entoando um canto dos céus para



abençoar a nossa viagem, tive que conter a emoção para firmar a câmera. Mas com um quilômetro de estrada, não aguentei, parei o carro, desci, e chorei convulsivamente. Chorei de emoção diante da beleza de seus mantras, do carinho com que tratam os seus aliados, da sua alegria de viver para além da penúria material em que vivem, do desprezo e do ódio que os cercam, da violência que sofrem. Deste dia em diante, toda vez que deixo uma aldeia, e não foram poucas, sou tomado pela mesma comoção.

**18.** Corte para a encenação da propaganda de uma empresa de segurança (na verdade, uma milícia armada) da qual os fazendeiros da região contratam serviços para proteger suas propriedades: depois de mostrar em primeiro plano um brasão (uma caveira sobreposta a duas armas), um atirador é revelado em ação disparando dois ou três tiros. Corte para a vida real e além da propaganda: os próprios índios filmam um ataque de pistoleiros e jagunços (os mesmos da empresa de segurança?) a um acampamento indígena. Fim do filme. Pausa nesse martírio.

## Referências

Albert, Bruce & Kopenawa, Davi. 2015. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia das Letras.

Comolli, Jean-Louis. 2012. *Corps et cadre: cinéma, éthique, politique*. Paris: Verdier, 2012.

Stengers, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Viveiros de Castro, Eduardo. 2016. *Os involuntários da pátria*. Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016.